

## Senadores pedem abertura de diálogo na greve dos petroleiros

*Do adversário PT ao aliado PSDB, o governo recolhe apelos no Senado em favor de uma solução conciliatória para o movimento que ameaça o abastecimento de gás no país*

### CPI vê excesso de impostos na mineração

Comissão acha que carga tributária elevada provoca contrabando de minérios.

Página 4

### Alcântara quer saúde com verba da privatização

Senador pede solução definitiva e condena volta do IPMF para financiar o setor.

Página 4

### Lucena lembra luta em defesa de seu mandato

Ex-presidente do Senado diz que Justiça o impediu de provar inocência.

Página 3



Suplicy: pelo diálogo



Melo: contra intransigência

## Senado reage a pressão sindical

Sob o argumento de que o Senado e o Congresso Nacional não devem deliberar sob pressão, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) pediu o adiamento de votação do projeto oriundo da Câmara que concede adicional de periculosidade aos carteiros. Argumentou que o líder da categoria tinha comparecido a um programa de televisão ameaçando fazer greve e lotar a galeria do Senado para forçar a votação da matéria.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) contra-argumentou, observando que toda uma ca-

tegoria não poderia ser prejudicada pelo comportamento pouco amadurecido de um líder de trabalhadores.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), por sua vez, pediu que o senador Geraldo Melo desistisse do pedido de adiamento. Melo acabou requerendo que a Comissão de Constituição e Justiça examine o projeto antes da votação em Plenário. O requerimento será votado nesta segunda-feira e, por causa dele, foi adiada a votação do projeto, que estava prevista para sexta.

A greve dos petroleiros dominou os debates no Senado, sexta-feira. O movimento que ameaça comprometer o abastecimento de gás no país foi abordado por diversos senadores.

O debate foi motivado por pronunciamento do senador Eduardo Suplicy (SP), líder do PT, que propôs a abertura de um canal de entendimento entre o Senado e o Planalto, com a participação de todos os partidos políticos.

Já o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) acusou os petroleiros de estarem agindo com intransigência, mas informou já ter manifestado ao governo a vontade de um grupo de senadores de estabelecer uma linha de diálogo.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SF) considerou louvável o debate desencadeado por Suplicy, destacando a importância de se abrir um canal de entendimento com FHC, mas criticou a demissão dos grevistas.

Na condição de líder do governo, o senador José Roberto Arruda (PP-DF) também elogiou a iniciativa de Suplicy de iniciar o debate no Senado, mas disse que ela é tardia. O senador Edison Lobão (MA), falando pela liderança do PFL, argumentou que o direito de greve não pode ser tão amplo a ponto de ferir o interesse coletivo.

## Osmar denuncia perigo no hormônio

*Ele teme liberação de anabolizantes e anuncia projeto para proibir aplicação no rebanho nacional*

Página 3

# Senado aprova a rolagem da dívida pública gaúcha

*Simon e Fogaça lembram que a autorização segue o mesmo padrão de decisões relativas a outros estados*

O Senado aprovou na sessão de sexta-feira projeto de resolução que autoriza a rolagem da dívida mobiliária do estado do Rio Grande do Sul vencível no primeiro e segundo semestres deste ano. Defendendo a medida, os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e José Fogaça (PMDB-RS) lembraram que a autorização aprovada seguiu o mesmo padrão de decisões idênticas já adotadas em re-



José Fogaça

lação a outros estados, como São Paulo e Minas Gerais.

Durante a discussão do projeto, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apelou no sentido de que a Casa aprove com urgência projeto de resolução do senador

Humberto Lucena (PMDB-PB), com o objetivo de permitir aos estados que não têm dívida mobiliária o mesmo direito dos demais para rolagem de suas dívidas públicas.

Edison Lobão lembrou o exemplo de estados como o Maranhão, Piauí e Paraíba, que, não possuindo dívidas mobiliárias, não estão sendo beneficiados pelo Senado com autorizações para a rolagem de suas dívidas públicas, com graves prejuízos para as administrações estaduais. Ele destacou que, durante os quatro anos em que governou o Maranhão, teve de pagar 250 milhões de dólares da dívida pública estadual, sem ter a oportunidade de obter qualquer empréstimo externo ou interno.

## Valadares quer saber qual é o déficit de moradia

Requerimento de informações do senador Antônio Carlos Valadares (PP-SE), a ser respondido pelo ministro da Fazenda, interroga qual é, afinal, o déficit habitacional do Brasil e quantas unidades habitacionais a Caixa Econômica Federal financiará neste ano e em 1996. O requerimento foi apresentado sexta-feira à Mesa do Senado.

O senador quer conhecer em detalhes o volume de recursos de que a CEF dispõe para aplicar no financiamento habitacional, principalmente em casas para populações de baixa renda, e qual é o déficit habitacional, na avaliação da Caixa, nas regiões Nordeste e Centro-Sul.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE Senador José Sarney

**10h** - Despacho interno.

**14h30** - Preside Sessão Ordinária do Senado.

**18h** - Recebe o chanceler uruguaio, Álvaro Ramírez.

**19h30** - Abertura da exposição de Arte Moderna - Coleção Roberto Marinho. Local: Palácio do Itamaraty.

### PLENÁRIO

**14h30** - Sessão Ordinária do Senado

**Pauta:** "Requerimento nº 627/95, solicitando, nos termos regimentais, a remessa à Comissão de Educação, do PLC nº 115/93, sem prejuízo de despacho anterior que determinou o exame da matéria pelas Comissões de Constituição, Justiça, e Cidadania e de Assuntos Econômicos. (Em votação) "Requerimento nº 700/95, solicitando, nos termos regimentais, a retirada do PLS nº 85/95, que altera o art. 6º da Lei nº 8.137/90, que "define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo" e o art. 13 da Lei nº 6.729/79, que "dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre", e dá outras providências. (Em votação) "Substitutivo do Senado ao PLC nº 223/93, que altera a redação do § 4º do art. 654 da CLT, que estabelece condições para a inscrição no concurso para ingresso na magistratura do trabalho. (Em discussão) "PLC nº 15/93, que altera a redação do art. 3º e parágrafo único do art. 6º, da Lei nº 7.377/85. (Em discussão) "PLC nº 81/94, que altera a CLT, dispondo sobre o **jus postulandi**, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista. (Em discussão) "Requerimento nº 698/95, solicitando, nos termos regimentais, que, sobre o PLC nº 65/95, que "estabelece regras para produção independente de energia elétrica, e dá outras providências", além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

### COMISSÕES

Previsão semanal dos trabalhos das comissões.

### Dia 16.05.95 (terça-feira)

#### 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** Exposição dos Presidentes da Companhia Vale do Rio Doce, Francisco Schettino, e da Salobo Metais Ltda., (subsidiária da CVRD), Marconi Tarbes Vianna, sobre: "Privatização da CVRD e "alternativa econômica de localização da metalúrgica do projeto Cobre Salobo -Cobre/Ouro/Prata". Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

#### 10h - Comissão de Educação

**Pauta:** Matérias de competência da comissão: "PLC nº 4/95, (não terminativo) que dispõe sobre o arquivamento de cópias de filmes cinematográficos, e dá outras providências; "PLC nº 15/95 (não terminativo), que proíbe a captura de mamíferos aquáticos das ordens sirêneo, carnívora e cetáceo, e de répteis da ordem chelônia, em território brasileiro, e dá outras providências; "PLS nº 38/95 (terminativo), que dispõe sobre o ensino da língua espanhola nos estados limítrofes com os países formadores do Mercosul; "PLS nº 47/95 (terminativo), que institui o "Prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático"; e "PLS nº 59/95 (terminativo), que dispõe sobre a criação do "Dia Nacional do Radialista", e dá outras providências. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

**17h - Comissão Especial Temporária** "destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco".

**Pauta:** Exposição do Presidente da CODEVASF, Airson Bezerra Lócio. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

### Dia 18.05.95 (quinta-feira)

**9h** - Comissão Especial "destinada ao estudo do PLC nº 73/94, que institui o Código de Trânsito Brasileiro". Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

(Paulo Henrique Ferreira Bezerra)

# Osmar denuncia perigo no uso de hormônio

*E anuncia projeto que proíbe aplicação de anabolizantes no gado, "para defender a saúde e a economia". Ele teme prejuízo às exportações de carne*

## João França pede cuidado com a política neoliberal

O senador João França (PP-RR) afirmou que o Brasil precisa aprender com o fracasso das políticas neoliberais adotadas no México e na Argentina. Na sua opinião, o governo deve estabelecer um tempo mínimo de permanência dos investimentos estrangeiros no país, para que as reservas brasileiras em divisas sejam estáveis.

João França também alertou para o perigo do aumento desenfreado das importações e defendeu a proteção a setores considerados mais importantes da indústria nacional, evitando a sua decadência, diante da concorrência estrangeira.

## Buaiz abre exposição do Espírito Santo

Com a presença do governador Victor Buaiz, foi inaugurada sexta-feira, na Vitrine dos Estados, no Senado, exposição sobre o potencial turístico, cultural e econômico do estado do Espírito Santo, que permanecerá aberta ao público durante esta semana.

A mostra faz parte de uma programação, a cargo da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, com o objetivo de divulgar a cultura regional do Brasil. Nove estados - Paraíba, Ceará, São Paulo, Pará, Goiás, Amapá, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Distrito Federal - já tiveram a oportunidade de exibir sua infra-estrutura turística.

O senador Osmar Dias (PP-PR) anunciou a decisão de apresentar um projeto proibindo o uso de anabolizante no rebanho nacional. Ex-secretário da Agricultura do Paraná, Osmar advertiu que a aplicação de hormônio no gado, além de modificar os caracteres sexuais do homem, gera graves consequências à saúde, inclusive o câncer.

"O que é mais preocupante é

que portaria do Ministério da Agricultura no sentido do uso de anabolizante já está pronta", disse o senador paranaense, ao advertir que também a saúde econômica do país vai ficar abalada, porque a comunidade europeia vai boicotar as importações de carne. "O maior rebanho bovino do mundo não pode ficar à mercê de uma portaria que fatalmente irá prejudicá-lo", advertiu.



Osmar Dias

## Lucena relembra luta para manter mandato de senador

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) apresentou ao plenário um histórico da luta pela manutenção do seu atual mandato, visando demonstrar que não cometeu crime eleitoral ao imprimir calendários na Gráfica do Senado, mas ficou impedido de provar sua inocência porque o Supremo Tribunal Federal não chegou a julgar o mérito do caso. O pronunciamento foi dirigido especialmente aos parlamentares novos na Casa, que, por não conhecerem bem o senador, poderiam acreditar nas acusações constantes de "campanha sórdida e perversa", de que teria sido vítima, e cujos detalhes relatou ao plenário.

Lucena disse que os calendários, impressos em dezembro de 1993, não tinham o objetivo de fazer propaganda eleitoral, limitando-se a enviar mensagem de Ano Novo, que dirigiu genericamente aos brasileiros, na condição de presidente do Senado. Por isso mesmo, não foram enviados

apenas a eleitores paraibanos, mas a dezenas de outras pessoas, em vários estados.

Prosseguiu o senador lembrando que a lei proíbe, expressamente, o abuso na utilização de órgão da administração pública por parte de candidato ou partido, mas este argumento não poderia atingi-lo, pois, naquela altura, não era sequer candidato, e, na verdade, a intenção do partido era de que concorresse ao governo do estado. Somente em 29 de maio de 1994 é que a Convenção do PMDB oficializou sua candidatura à reeleição.

Lucena aproveitou para agradecer as manifestações de apoio e solidariedade recebidas, não só da Paraíba, "que se levantou numa verdadeira revolta cívica, desde o primeiro momento", mas de todo o país, afirmando que, ter sido objeto destas demonstrações, "apesar da sanha demolidora de fortes segmentos da mídia, sensibilizou-me profundamente".



Humberto Lucena

## Nabor reivindica recursos para sede do TRE do Acre

O Tribunal Regional Eleitoral do Acre está com o seu funcionamento comprometido devido à falta de espaço e de condições de trabalho para seus funcionários. Foi o que afirmou o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), ao defender a imediata liberação de recursos pelo governo federal para a construção da sede do TRE no seu estado, afirmando que a obra estava prevista no Orçamento deste ano, mas foi vetada pelo presidente da República.

Segundo Nabor Júnior há funcionários cumprindo expediente nos corredores da sede provisória do TRE acreano, que divide ainda espaço com a delegacia do IBGE, uma livraria e uma gráfica pertencentes a particulares. Além disso, ressaltou, as instalações atuais não tem espaço suficiente para abrigar 32 novos assessores que serão chamados através de um concurso público.

O senador apontou a "insensibilidade" do governo para a questão e anunciou que vai mobilizar a bancada do Acre no Congresso para apoiar a reivindicação de crédito suplementar feita pelo TRE acreano ao Tribunal Superior Eleitoral com o objetivo de construir a sede.

# Carga tributária incentiva o contrabando, diz CPI

*Após ouvir empresários do setor de mineração, Comissão defende mudança rápida na legislação que impõe alíquota de até 51%*

A única alternativa para se conter o contrabando de pedras preciosas e de ouro no país é providenciar uma mudança rápida e urgente na legislação tributária, que impõe alíquota de até 51% para o setor. Foi a conclusão a que chegaram os senadores José Bianco (PFL-RO) e Romero Jucá (PFL-RR), após a reunião da CPI da Mineração, que colheu depoimentos de três representantes de entidades do setor de gemas e metais preciosos.

Os presidentes do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM), Ricardo Lerner, e da Associação de Joalheiros e Empresários de Pedras Preciosas de Minas Gerais, Raimundo Vianna, e o diretor-executivo do IBGM, Hécliton Santini, foram unânimes em apontar a alta carga tributária sobre a produção de gemas e metais preciosos como o fator que induz mais fortemente o setor de gemas e jóias



Os senadores Bianco e Jucá (C) ouvem os empresários da mineração ao mercado informal e ao contrabando.

Conforme os depoentes, a alta carga de impostos sobre gemas e metais preciosos se deve à incorporação do antigo Imposto Único sobre Minerais pelo ICMS, que prevê alíquotas estaduais de 18% e interestadual de 12%. Eles pediram apoio aos senadores da CPI no sentido de que o Legislativo adote medidas eficazes e urgentes visando corrigir as distorções.

Os empresários informaram que, na industrialização, a incidência de ICMS sobre as gemas lapidadas é da ordem de 18% no mercado interno e de 1% na exportação. Sobre joalheria e bijuteria, a taxa é de 51%, pois, além do ICMS, incide também a alíquota de 20% de IPI, acrescida de 2,6% de PIS e Finsocial. "É a maior taxa existente no mundo", já que a média internacional é de 14%.

# Jucá pede proteção à Amazônia

"Como pode o estado de Roraima, criado em 1990, desenvolver-se diante de tanta precariedade?", perguntou o senador Romero Jucá (PFL-RR) em plenário, mostrando a revolta da população de Roraima, que agora enfrenta racionamento de energia elétrica. Há pouco mais de um mês os moradores do estado entraram em filas para comprar derivados de petróleo racionados, inclusive gás de cozinha.

Na opinião do senador, a União é obrigada a criar condições para que Roraima se firme como estado, posição que lhe foi assegurada pela Constituição de 88. Ele lembrou que os desequilíbrios regionais são resultado do jogo das forças econômicas, mas compete ao poder público inibir essas forças, pois não interessa à Federação "estados gigantes e estados pigmeus". A discussão sobre desigualdades regionais é velha, mas continua grave e sem solução, afirmou Romero Jucá.

Depois de frisar que não existem dúvidas de que a Amazônia é importante para o país, Romero Jucá estranhou a burocrática demora em se resolverem os problemas básicos da região, principalmente a falta de rodovias, a deficiência da energia elétrica e a distribuição de derivados de petróleo. Ele acrescentou:

"Se a isso somarmos os riscos oriundos da coibição internacional sobre a Amazônia, ainda mais inadmissível é a protelação que teima em sobreviver nos meandros da burocracia governamental."

# Verba da privatização para saúde

Os recursos obtidos com a privatização das empresas estatais deveriam ser aplicados na área social, de acordo com sugestão formulada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que lembrou a utilização dessa fórmula, com sucesso, no governo Itamar Franco, que aproveitou ativos financeiros para investir em ciência e tecnologia.

O senador afirmou que o governo precisa encontrar

meios para garantir o atendimento médico justo a todos os brasileiros, e alertou as autoridades para os rumos perigosos que o problema da saúde está tomando no país, seja por conta da crônica falta de recursos, seja pela natureza desumana que caracteriza, muitas vezes, o atendimento médico dispensado aos pacientes, como é o caso das UTIs - Unidades de Tratamento Intensivo - retratado recentemente pela revista *Veja*.



Lúcio Alcântara

## MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odaírc Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

## Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida  
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ *Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.*